



EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS S/A - EMTR

CNPJ Nº 20.278.385/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade. Ribeirão das Neves, 18 de março de 2022. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	145	238
Impostos a compensar	5	389	800
Outras contas a receber	7	43.819	-
		<u>44.353</u>	<u>1.038</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	6	2.750	3.360
Outras contas a receber	7	-	43.708
Imobilizado	8	97	123
		<u>2.847</u>	<u>47.191</u>
Total do Ativo		<u>47.200</u>	<u>48.229</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4	4
Obrigações fiscais		12	12
Salários e obrigações sociais	9	39	37
		<u>55</u>	<u>53</u>
Não circulante			
Obrigações por compra de imóvel	10	2.000	2.000
		<u>2.000</u>	<u>2.000</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11	48.824	48.824
Prejuízos acumulados		(3.679)	(2.648)
		<u>45.145</u>	<u>46.176</u>
Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>47.200</u>	<u>48.229</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - EMTR ("Concessionária e/ou Companhia") é uma sociedade anônima de capital de fechado, com sede em Belo Horizonte - MG, iniciou suas atividades em 19 de maio de 2014 e tem como objetivo específico a exploração, mediante concessão administrativa junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD ("Poder Concedente"), dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2021, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social, sendo necessário a utilização de recursos (parte relacionada) dos sócios.

2. Apresentação das demonstrações e as principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.d. Conforme descrito na Nota 1, a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possa recorrer para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. Em 18 de março de 2022, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). c) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. d) Uso de estimativas e julgamentos: Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. 2.2. Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: • 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37); • 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • 1º de janeiro de 2022 - Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4)/IAS 16); • 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); • 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8); • 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. b) Instrumentos financeiros - (i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia

Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receitas de ativos financeiros das concessões			
Receita operacional líquida		111	86
Custos dos bens e serviços		(111)	(86)
Lucro bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais:			
Despesas administrativas	12	(1.013)	(1.182)
Despesas tributárias		(20)	(10)
		<u>(1.033)</u>	<u>(1.192)</u>
Resultado financeiro	13	5	18
Receitas financeiras		(3)	(414)
Despesas financeiras		2	(396)
		<u>(1.031)</u>	<u>(1.588)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(0,02)</u>	<u>(0,03)</u>

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo do exercício	(1.031)	(1.588)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>(1.031)</u>	<u>(1.588)</u>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	48.824	(1.060)	47.764
Prejuízo do exercício	-	(1.588)	(1.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.824	(2.648)	46.176
Prejuízo do exercício	-	(1.031)	(1.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	48.824	(3.679)	45.145

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. c) Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações registradas pelo método linear, considerando as respectivas taxas calculadas de acordo com a vida útil estimada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. d) Outras contas a receber: A Concessionária possui contrato de concessão pública de serviço de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano. O contrato de concessão dá ao poder Concedente o direito a todos os bens construídos relacionados ao contrato no final da vigência do mesmo, porém a Concessionária possui o direito de receber indenização pela estrutura construída e de cobrar pelos serviços, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Concessionária reconhece como ativo financeiro esse direito. e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. f) Imposto de renda e contribuição social: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é de 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240.000,00 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. g) Avaliação do valor recuperável de ativos: A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base na avaliação da Administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. h) Resultado básico por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. A Companhia não possui ações em tesouraria nem outro tipo de ajuste para cálculo do resultado diluído por ação, portanto o resultado do cálculo é o mesmo encontrado para o lucro básico por ação.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	144	237
	<u>145</u>	<u>238</u>

5. Tributos a compensar

	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ	108	516
CSSL	-	3
IRRF	281	281
	<u>389</u>	<u>800</u>

6. Transações com partes relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020
Vital Engenharia Ambiental S/A	1.238	1.512
Construtora Barbosa Mello S/A	756	924
Revita Engenharia S/A	756	924
	<u>2.750</u>	<u>3.360</u>

As transações com partes relacionadas estão representadas por contratos de mútuo, garantidos por notas promissórias, sem vencimento e sem a incidência de encargos financeiros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu o montante de R\$ 610 (R\$ 3.820 em 2020), o qual foi utilizado para a amortização do saldo de compromisso pela compra do imóvel, conforme nota explicativa nº 10, bem como custear as suas despesas administrativas incorridas no exercício.

7. Outras contas a receber

	31.12.2021	31.12.2020
Outras contas a receber (i)	43.819	43.708
	<u>43.819</u>	<u>43.708</u>

(i) A EMTR possui contrato de concessão - PPP firmado com o Governo de Minas Gerais para realização de serviço de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos. Conforme nota explicativa nº 1, a Concessionária não está operando e não está auferindo receitas relacionadas ao contrato de concessão, porém possui direito contratual de receber indenização pelos investimentos e custos operacionais realizados na operação.

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021 Valor residual	31.12.2020 Valor residual
Equipamentos de campo	20	281	(189)	92	116
Equip. de processamento de dados	20	17	(12)	5	7
		<u>357</u>	<u>(260)</u>	<u>97</u>	<u>123</u>

b) Movimentação do imobilizado

	Equipamentos de campo	Móveis e utensílios	Total
Saldo líquido em 31/12/2019	144	9	153
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
(+) Baixas de Depreciação/Amortização	-	-	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(1.031)	(1.588)
Ajustes por:		
Depreciação	29	30
Prejuízo líquido ajustado	(1.002)	(1.558)
Variações nos ativos e passivos:		
Diminuição dos impostos a compensar	411	213
Diminuição das partes relacionadas	610	3.820
Aumento de outras contas a receber	(111)	(86)
Aumento (diminuição) de fornecedores	-	1
Aumento nas obrigações fiscais	-	5
Aumento das obrigações com pessoal	2	-
Diminuição em obrigações por compra de imóvel	-	(2.250)
Caixa proveniente das operações/ (utilizado nas) operações	<u>(90)</u>	<u>144</u>
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(93)</u>	<u>144</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	238	94
No final do exercício	145	238
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(93)</u>	<u>144</u>

	Equipamentos de campo	Móveis e utensílios	Total
(-) Depreciações/Amortizações	(28)	(2)	(30)
Saldo líquido em 31/12/2020	116	7	123
Adições	3	-	3
Baixas	-	-	-
(+) Baixas de Depreciação/Amortização	-	-	-
(-) Depreciações/Amortizações	(2)	(2)	(29)
Saldo líquido em 31/12/2021	<u>97</u>	<u>5</u>	<u>97</u>

9. Salários e obrigações sociais

	31.12.2021	31.12.2020
Salários a pagar	7	7
Provisão de férias e encargos	27	25
Encargos sociais a recolher	5	5
	<u>39</u>	<u>37</u>

10. Obrigações por compra de imóvel

Em 6 de julho de 2017 a Companhia firmou acordo de transação judicial, nos moldes do Art. 840 e seguintes do Código Civil, para pôr fim à demanda referente à aquisição do Imóvel denominado "Lagoinha", com área aproximada de 48,40Ha, situado no Município de Ribeirão das Neves-MG, adquirido de Barata Martins Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. pelo valor total de R\$ 33.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou a parcela de R\$ 2.250 (principal), bem como os juros incorridos de R\$ 4.142. O pagamento do saldo remanescente de R\$ 2.000, estava condicionado ao início das atividades e operação da Companhia, conforme nota explicativa nº 1. Em decorrência da formalização do Termo de Rescisão Amigável descrito na nota explicativa nº 15 o saldo remanescente, ora condicionado ao início da operação do contrato firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais, não será pago pela Companhia. A baixa contábil deste saldo ocorrerá na data da assinatura do Termo de Distrato Amigável.

11. Patrimônio líquido

a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 48.824, dividido em 48.823.560 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil e quinhentos e sessenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Distribuição de lucros: O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 50% (cinquenta por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor. c) Reserva de retenção lucros: O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro. d) Resultado básico por ação

	Prejuízo do Exercício	Quantidade de ações	Prejuízo por ação
31.12.2021	(1.031)	48.824	(0,02)
31.12.2020	(1.588)	48.824	(0,03)

A Companhia não possui ações em tesouraria nem outro tipo de ajuste para cálculo do resultado diluído por ação, portanto o resultado do cálculo é o mesmo encontrado para o resultado básico por ação.

12. Despesas administrativas

	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal	(225)	(212)
Locação	(21)	(21)
Serviços de terceiros (i)	(651)	(821)
Depreciações/Amortizações	(29)	(30)
Consumo	(16)	(81)
Outros	(71)	(17)
	<u>(1.013)</u>	<u>(1.182)</u>

(i) Composto basicamente por serviços prestados de vigilância e segurança.

13. Resultado financeiro líquido

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas Financeiras		
Sobre aplicações financeiras	-	19
Juros	5	-
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	-	(1)
Total	<u>5</u>	<u>18</u>
Despesas Financeiras		
Bancária	(3)	(2)
Juros (i)	-	(412)
Total	<u>(3)</u>	<u>(414)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>2</u>	<u>(396)</u>

(i) Composto pelos juros do financiamento da compra do imóvel descrita na nota explicativa nº 10, encerrado no exercício de 2020.

14. Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. b) Gerenciamentos de Riscos: A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii

**EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS S/A - EMTR**

CNPJ Nº 20.278.385/0001-60

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS S.A. - EMTR
Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis **Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia ainda não exerce atividades operacionais até 31 de dezembro de 2021, apresentando prejuízo de forma recorrente nos exercícios e prejuízos acumulados. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende da ordem de início dos serviços ou do sucesso de novos projetos, bem como do suporte

financeiro por parte dos seus acionistas e partes relacionadas. A Administração da Companhia preparou as demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos

os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP 025.583/O-1Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ 076774-O - 7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6603-6F8C-2F02-9575> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6603-6F8C-2F02-9575



Hash do Documento

Kpqr8NN/BrKQtPe21ctxlhbiWUY5GkWy/pDR9Cu3r84=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 21/04/2022 10:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

